

## **AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

**Jane Carla Burin**  
Mestranda em Geografia – UFSM

### **RESUMO**

O processo de modernização agrícola iniciado na segunda metade do século XX é um marco histórico que explica o atual contexto do espaço agrário brasileiro. A dimensão das transformações ocorridas no espaço agrário remete a importância de estudos teóricos que contemplem e identifique os fatores responsáveis pelas alterações no referido espaço a partir de 1960 até a atualidade e suas conseqüências. Neste contexto, o foco principal do presente trabalho é realizar um levantamento teórico dos mecanismos e processos que têm regido as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro com ênfase na região sul.

**Palavras Chaves:** Modernização. Agricultura. Transformações. Espaço Agrário.

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos não podem deixar de situar como marco histórico o processo de modernização do campo que se intensificou a partir da década de 1960. Já neste momento o campo brasileiro apontava uma tendência à utilização de insumos, produzidos além - propriedade. A introdução da tecnologia é o principal sintoma causador das mudanças, uma delas caracterizada pela produção de alimentos que sofria a pressão do aumento populacional e principalmente urbano industrial.

A produção agrícola começa ser efetuada da mesma forma nas mais diferentes partes do planeta onde as mudanças foram se propagando lentamente, assim como na própria agricultura o avanço tecnológico não se fez de súbito.

No final da década de 1960, começavam a aparecer com grande ênfase, na Europa e nos Estados Unidos, os efeitos danosos da Revolução Verde, já plenamente instalada naquelas áreas e ainda incipiente no Brasil.

A década de 1970 surgiu trazendo consigo uma série de mudanças e consolidando a chamada agricultura capitalista. Desta forma Piran (2001) discorre que este é o momento onde consolida-se a modernização da agricultura no Sudeste e no Sul do país estimulada por uma política de subsídios e incentivos que privilegiavam produtos voltados à exportação e/ou industrialização, produzidos em larga escala em grandes estabelecimentos monocultores.

Não só a preocupação com produtos exportáveis conduziu a mudanças importantes nos padrões de utilização da terra, mas também as diretrizes de substituir importações. Assim,

foi estimulada a cultura do trigo, alimento que onera a balança comercial e promovida à expansão da cultura da cana-de-açúcar, com vistas a diminuir os gastos com importação de combustíveis.

Piran (2001) aborda que a partir da segunda metade da década de 1970 inicia-se a crise deste sistema tendente a monocultura, especialmente com a queda dos preços da soja no mercado internacional. Assim no início da década de 1980 o setor agrário busca a diversificação como saída para a agricultura.

Mesmo que a busca da diversificação seja uma realidade na agricultura regional, mais que o ressurgimento da policultura como saída, parece estar ocorrendo uma busca, um tanto sem rumo, da sobrevivência, em grande parte medida imposta pelas agroindústrias.

Piran (2001) percebe, no entanto que ao mesmo tempo em que se fala na tecnificação, por exigências dos novos padrões de produção, procura-se a diversificação como saída ainda que sem rumo certo. Diversificação e tecnificação não são excludentes. Desde que existam fatores de produção em disponibilidade (mão de obra, capital, terra) é possível uma produção diversificada.

As grandes transformações na produção em nível mundial, por força dos avanços tecnológicos, apontam para uma demanda cada vez menor de alguns fatores. Na indústria, isto é particularmente evidente quanto às matérias primas. Com a industrialização cada vez maior da agricultura, tal tendência se estende também ao campo, particularmente quanto a terra. Considerando as transformações contidas no bojo da agricultura capitalista, um dos aspectos da análise da pequena produção foi o da inserção dessa categoria no contexto das mudanças tecnológicas. Ao pequeno produtor restou aderir ao pacote técnico, para que pudesse fazer parte do novo modelo de desenvolvimento da agricultura.

## **A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO**

Para entender a organização de um espaço rural é necessário se reportar ao seu processo de colonização.

...Ao se falar em colonização, fala-se de um processo planejado de ocupação da terra, isto é, de uma forma específica de organização do espaço, visando à valorização de uma região (Bernardes, 1962, p.217-9).

Foi nesse sentido que Orlando Valverde (1961) avaliou o papel da imigração italiana nos diferentes estados do sul. Estudando o colono italiano no Sul do país tornado pequeno proprietário definiu-o como criador de paisagens culturais e elemento transformador das áreas em que vive.

O texto de Mesquita e Silva (1970, p.03). A importância da atividade agrícola sob o ponto de vista espacial, e o seu papel na elaboração regional mostra o interesse para a regionalização do conhecimento de áreas com unidade de produção agrícola. A identificação de regiões agrícolas é essencial para a compreensão das formas atuais de organização espacial e é ademais, elemento fundamental para toda a política de planejamento que vise à reorganização das atividades de produção.

### **A DÉCADA DE 1970 DETERMINA A FUNÇÃO DO MEIO RURAL**

Além da preocupação com o planejamento da produção agrícola e com o desenvolvimento econômico, características da década de 1970, as relações campo-cidade, já demarcadas, determinaram ao meio rural a função primordial de produtor de alimentos (ARAÚJO, 1975).

Como fato mais significativo na sociedade brasileira, a partir da década de 1970, o processo de modernização da agricultura, efetivado pelas transformações ocorridas na atividade agrícola e pela inserção do modo capitalista de produção no campo. Surgem várias formas de abordar o tema.

No contexto teórico de definição do desenvolvimento do capitalismo no campo, a modernização significou o desaparecimento das formas tradicionais de relação com a terra.

No contexto espacial, a modernização definiu espaços diferentes, determinados pela maior ou menor adesão às técnicas modernas de produção.

### **A DÉCADA DE 1980 E OS MUITOS ASPECTOS PARA ANALISAR OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO**

Ferreira (2002) aborda que na década de 1980 a modernização considerou vários aspectos: desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, as relações de trabalho no campo, a dualidade entre pequena e grande produção, a relação

agricultura/indústria, o uso da terra em diferentes áreas, entre outros, direcionaram as reflexões em torno do processo.

... os pequenos produtores almejam permanecer na terra, com vistas à sua valorização e aos benefícios creditícios e fiscais relacionados a tal apropriação. Configura-se, então, um contexto de luta pela terra, que tende a agravar-se à medida que se expandem os estabelecimentos empresariais (BRITO E MESQUITA, 1980, p12 e 15).

Assim, a formulação da política agrícola de privilégio dos cultivos de exportação em detrimento dos produtos de consumo interno, a questão da terra ligada à ocupação da fronteira por grupos empresariais e a não absorção de trabalhadores rurais pela agricultura foram os aspectos analisados e que refletiram o tipo de evolução do espaço agrário requerido naquele momento.

Apesar dessas análises mais gerais, relativas ao processo, às questões sociais ganharam destaque, e a luta pela terra, que gerou conflitos, marcou a década de 1980 (FERREIRA, 2002, p.291).

Para Guerra (1965, p.131) reforma agrária, significa, no nosso entender, uma transformação radical no sistema de propriedade, onde as condições gerais e bem estar do homem sejam também revistas. A simples posse da terra sem uma completa assistência ao homem rural, em nada contribuirá para o aumento das riquezas do nosso país.

## **O ÊXODO RURAL E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO**

Sabe-se que nesse período a migração campo-cidade era um dos problemas mais graves que assolavam o Brasil.

Hees (1983) discorre sobre as transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira observando que a menor absorção de pessoal ocupado nas atividades agrícolas verificada no período em análise ocorre simultaneamente à incorporação de áreas à atividade de lavoura e, também, à maior utilização de máquinas e insumos modernos ao processo de produção agrícola, o que vem demonstrar que essa liberação de mão de obra é decorrente da intensificação das técnicas agrícolas modernas. Nesse caso a autora pensou o processo como um conjunto de técnicas, assimiladas diferentemente pelo agricultor e, conseqüentemente, distribuídas no espaço de formas distintas.

Assim Hess (1983) analisa que de uma forma o êxodo rural expulsou do campo grande contingente de trabalhadores, mas por outro lado a tecnologia proporcionou a oportunidade de ocupar espaços inexplorados.

Na linha de explicação da manutenção da pequena produção por sua inserção no modo de produção capitalista, Galvão (1983, p.79-80) afirma que as contradições entre a pequena e a grande produção são examinadas no bojo do próprio modo de produção, com o que se explicam os vínculos que as mantêm interdependentes num sistema de articulada complementaridade. Com esse são confrontadas a pequena e a grande produção nas diversas modalidades que as diferenciam e que explicam sua funcionalidade no sistema global de produção.

FERREIRA (2002) ressalta que a contradição mais evidente na agricultura brasileira, na década de 1980, diz respeito à coexistência da pequena e da grande exploração agrícola, cada uma cumprindo funções específicas dentro do sistema, principalmente quando se preconizava que a grande exploração de origem capitalista era mais rentável e decretaria o fim da pequena. Entretanto o que se observava era o crescimento da representatividade da pequena exploração.

No período de 1970-1980 verifica-se um alargamento do espaço agrário e o processo muito acelerado de modernização da agricultura sustentado pela política de crédito rural implementada e consolidada no final da década de 1960. A expansão em moldes modernos, dos cultivos comerciais de grãos e em especial a soja respondeu pela intensificação do uso de itens modernos ampliando o mercado de indústrias de máquinas e de insumos que se expandiam pelo país.

Mesquita e Silva (1987) comentam que embora as transformações ocorridas na agricultura em diversas regiões do país tenham se efetuado seguindo o modelo nacional, sofreram influência das condições pré - existentes da organização agrária resultante dos diferentes processos de ocupação, levando a especificidades regionais que modelaram a evolução da agricultura.

## **AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA DÉCADA DE 1990 SOB OUTRO OLHAR**

No início da década de 1990, a referência à produção familiar ainda se fazia em razão da pequena produção, ou seja, aqui se considerava o tamanho da propriedade e a participação no volume total de produção. O trabalho de Medeiros (1990) sobre a imigração rural na pequena produção no Rio Grande do Sul, área sob o domínio do minifúndio, apresentou uma tipologia de propriedades baseada em duas formas de organização da produção. Segundo a autora, a ocupação das terras no estado se fez por meio do Grande Domínio, representado pela grande propriedade, e pelo Pequeno Domínio, representado pela pequena produção.

Cada uma dessas organizações definiu um desenvolvimento diferenciado. Nas áreas de colonização, sob o domínio da pequena produção se instalou a agricultura de subsistência onde o excedente era comercializado, já o domínio dos latifúndios voltou-se à pecuária visando exclusivamente o mercado.

O desenvolvimento do comércio, junto à pequena produção, gerou uma diversificação da aplicação de capitais: “Dessa forma, enquanto o Pequeno Domínio, com uma dinâmica própria, crescia em importância econômica no estado, o Grande Domínio permanecia com sua característica inicial” (MEDEIROS, 1990, p.478).

## **O MOMENTO ATUAL CARACTERIZADO PELOS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

A questão das agressões ambientais do processo de produção agrícola, com o uso maciço de fertilizantes e agrotóxico, aparece discutida numa bibliografia internacional e no Brasil alguns autores começam a se interessar.

Tedesco (2001) aborda que os produtores agrícolas mais afetados pelo processo de globalização são os que produzem bens destinados ao mercado internacional, assim como os que cultivam produtos que enfrentam a competição dos mercados externos. Este é o caso de muitos produtores do Rio Grande de Sul, pois, assim como muitos cultivam a soja, destinada em grande parte à exportação, outros cultivam o trigo ou o arroz, ou produzem leite, que sofrem a competição dos produtos vindos da Argentina e do Uruguai.

As alternativas de utilização da propriedade rural devem seguir as metas estabelecidas dentro de um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar é preciso considerar a vocação natural da propriedade, que deve estar alicerçada numa seleção de

atividades e práticas agrícolas compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solos existentes localmente.

Em segundo lugar, o planejamento ambiental dos municípios deve considerar a importância de se conquistar um novo referencial de qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural. A obtenção desse melhoramento está condicionada ao acesso a saúde, educação, lazer, transporte e a disponibilidade de energia.

O terceiro aspecto envolve a questão tecnológica, ou seja, as tecnologias utilizadas nas atividades agropecuárias, tais como preparo do solo, uso de adubos e corretivos, irrigação, mecanização, tratamentos culturais, colheitas, etc. devem estar, de certa maneira, adequadas a um novo padrão de desenvolvimento rural, que tem por base uma agricultura agro ecológica, ou melhor, uma agricultura sustentável.

### **Considerações Finais.**

Diante do presente estudo verifica-se que na década de 1960 a organização do espaço agrário está ligada ao processo de colonização ocorrendo ainda o início do processo de modernização da agricultura.

Em 1970 destaca-se a inserção do modo capitalista de produção que define espaços diferenciados em função da intensidade com que a tecnologia é introduzida nas diferentes regiões do país.

Na década de 1980 vários aspectos são relevantes para definir as transformações ocorridas, o desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação ambiental, as relações de trabalho, a dualidade entre a pequena e a grande produção além da relação agricultura e a indústria que configuram o espaço agrário em evolução e transformação constante. Ainda neste momento verifica-se que o êxodo rural é decorrente da liberação da mão de obra pela intensificação das técnicas agrícolas modernas. Neste período também se constata a importância da pequena e da grande produção agrícola cada uma exercendo sua função dentro do sistema produtivo.

Em 1990 as formas de organização da produção em grande propriedade monocultora e pequena produção são definidoras de um desenvolvimento diferenciado. O processo de globalização torna-se palpável e visível aos olhos dos produtores influenciando diretamente

no sistema produtivo. O modelo de desenvolvimento sustentável surge como alternativa para reverter a forma de produção.

Assim abordagens que resgatem os processos históricos e os mecanismos responsáveis pela atual configuração do espaço agrário brasileiro terão maior êxito no alcance dos seus objetivos quando da realização de análise e estudos locais e regionais.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. F. C. de. **Agricultura no processo de desenvolvimento econômico.** In: ARAÚJO, P. F. C., SCHUN, G. E. Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas. São Paulo: Pioneira, 1975. P. 83-97.
- ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (organizadores). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, RS: Editora da Universidade UFRGS, 1997.
- BECKER, D. F. (organizador). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1997.
- BERNARDES, N. Colonização e utilização da terra no território do Amapá. In: **Anais da AGB**, n. 14, p.243-261, 1962.
- FERREIRA, D. A. DE O. **Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.
- GALVÃO, M. C. C. **A propósito da pequena e da grande produção agrícola no estado do Rio de Janeiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 74, 1983, Uberlândia. Comunicações... Uberlândia: UFU, 1983. P.78-80.
- GUERRA, A. T. Fundamentos geográficos dos solos tendo em vista a reforma agrária. In: **Boletim Geográfico**, ano24, n.185, p.239-243, 1965.
- \_\_\_\_\_. Os solos e a reforma agrária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano28, n., p.129-136, 1965.
- HESS, D. R. **Transformações técnicas e relações de trabalho na agricultura brasileira.** Revista Brasileira de Geografia, ano 45, n.1, p.3-50, 1983.
- MEDEIROS, R. M. V. **A emigração rural na pequena produção no RS.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10, 1990, Teresópolis. Anais... Teresópolis: UFRJ, 1990. v.1, p. 477-487.

MESQUITA, O V., SILVA, S. T. Regiões agrícolas do estado do Paraná: uma definição estatística. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 32, n.1, p.3-42, 1970.

PESAVENTO, S. J. **Rio Grande do Sul: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre, RS. MERCADO ABERTO, 1983.

PIRAN, N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim, RS: EDIFAPES, 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999.

\_\_\_\_\_ (coordenador). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1978.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3, ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VALVERDE, O. A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil. In: **Boletim Geográfico**, ano 19, n.161, p.145-167, 1961.